

O PAPEL DOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

The role of Multilateral Development Banks in South-South Cooperation

José Alejandro Sebastian Barrios Díaz ¹

¹ Centro Universitário Iesb, DF, Brasília, Brasil. **E-mail:** ale.ri.barrios@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8386-3642>.

Recebido em: 23 mai. 2022 | Aceito em: 22 dez. 2022.

RESUMO

O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento é um dos mais destacados das relações internacionais. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento operam nesse contexto e podem desempenhar papel importante no estabelecimento de ambientes institucionais favoráveis ao desenvolvimento de setores como saúde, educação ou infraestrutura, por meio da cooperação internacional com governos e mobilização do setor privado, subsidiando reformas e ajudando os países a tomarem decisões com o uso de evidências e estatísticas. O objetivo do artigo é caracterizar o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no contexto da Cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

The development cooperation is one of the most prominent fields in international relations. Multilateral development banks operate in this context and play an important role in establishing favorable institutional environments for the development of sectors such as health, education or infrastructure through international cooperation with governments and private sector mobilization, subsidizing reforms and helping countries to make decisions using evidence and statistics. The objective of the article is to characterize the role of Multilateral Development Banks in the context of South-South Cooperation.

Keywords: Development cooperation. Multilateral Development Banks. South-South Cooperation.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as instituições financeiras internacionais como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) desempenharam papel central na arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) e na promoção da governança global (Sidiropoulos *et al*, 2015). Recentemente, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos países BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul) e do Banco Asiático de Infraestrutura e Desenvolvimento tornou a discussão sobre o papel dos BMDs mais complexa. De fato, segundo Wang (2017), essas instituições facilitam novas formas de financiamento do desenvolvimento e

criam novos modelos de cooperação internacional, necessários para a realização da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em largos traços, o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento é constituído por dois universos distintos: (i) a Cooperação Norte-Sul, realizada por países desenvolvidos, membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e (ii) a Cooperação Sul-Sul (CSS), implementada entre países em desenvolvimento (Milani, 2014; Ayllón, 2013). Enquanto instituições internacionais, os BMDs atuam em ambos os universos.

Do ponto de vista histórico, a primeira onda de criação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento ocorreu entre os anos o final da década de 1940 e 1970. A formação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir da Conferência de Bretton Woods de 1944 para apoiar a reconstrução da Europa. Na sequência, o BIRD reorganizou o foco de seus empréstimos para os países em desenvolvimento. Nessa esteira, há um processo de pluralização dos BMDs, sobretudo no âmbito regional, com o surgimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em 1964, Corporação Andina de Fomento (CAF), no ano de 1968 e o Banco Islâmico de Desenvolvimento em 1975.

No entanto, é importante notar que as políticas tradicionais de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram criticadas e acusadas, nos anos 1980 e 1990, de levar países em desenvolvimento a uma dinâmica oposta à mencionada acima, na medida em que promoveram políticas neoliberais como a promoção de privatizações sem o contexto institucional necessário para criar sistemas regulatórios adequados, criando pobreza e aumentando a desigualdade (Stiglitz, 2002).

Em largos traços, até a década de 1970, a atuação dos BMDs estava estritamente relacionada aos mandatos estabelecidos em seus estatutos, como a provisão de financiamento para projetos de desenvolvimento em múltiplos setores (Perry, 2009). O seu objetivo idealizado seria atuar nos mercados de capitais subdesenvolvidos e eventualmente aproximar esses países das nações industrializadas avançadas. No final da década de 1970, mas principalmente na década de 1980, essa estratégia rendeu resultados abaixo do esperado e os BMDs passaram a defender

uma agenda de reformas politizando os empréstimos e criando condicionalidades (Prado; Sales, 2014).

Esse problema encerra interesse particular para este texto, cuja pergunta de pesquisa é: qual é o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no âmbito da cooperação Sul-Sul? Quais agendas políticas fundamentam esse papel? A hipótese de trabalho é de que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento têm o papel de apoiar financeiramente as atividades de cooperação Sul-Sul implementadas por países do Sul, que por sua vez são chave para facilitar a integração regional, promover abordagens inovadoras para ações coletivas e fortalecer a Agenda 2030. Duas agendas políticas são centrais na formulação desse papel: o Documento Final da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA +40) de 2019 e a Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015.

O PABA + 40 (UNOSSC, 2019) marca o momento em que a cooperação Sul-Sul é pactuada, pelos países em desenvolvimento, como instrumento de realização da Agenda 2030, expandindo o conceito de CSS, ao incluir e consolidar sua diversidade em termos de modalidades de atuação e setores. Em linhas gerais, a Agenda de Addis Ababa (2015) desenvolveu uma normativa internacional para promover o estabelecimento de mecanismos de financiamento aos ODS e enquadrar a CSS como “um elemento importante da cooperação internacional para o desenvolvimento como complemento, e não substituto, da cooperação Norte-Sul” (United Nations, 2015, p.28)

Em uma perspectiva interpretativo-analítica, o artigo propõe um entendimento conceitual da CSS como cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). A CSS integra, portanto, o universo mais amplo da CID, que por sua vez é um dos âmbitos mais destacados e um dos pilares mais fundamentais da política internacional desde 1945. Nesse sentido, vincular a CSS com a cooperação internacional para o desenvolvimento implica afirmar as relações Sul-Sul como marco de colaboração política, econômica, social, cultural, ambiental e técnica entre países em desenvolvimento, que pode ocorrer de forma bilateral, regional, intrarregional ou inter-regional.

Cumprir registrar, contudo, que o artigo não aborda especificamente a experiência de um Banco Multilateral de Desenvolvimento em particular, ou de um Estado que obteve capitais destes. Muito embora existam múltiplas diferenças na capacidade de atuação desses atores dependendo da localidade e, considerando que cada período histórico traz novas

condicionalidades para que os governos nacionais efetuem empréstimos, os BMDs não devem ser pensados a partir de uma leitura neutra, o artigo propõe uma reflexão mais genérica sobre o lugar dessas instituições internacionais no âmbito da CSS a partir do entendimento das duas agendas mencionadas acima. A contribuição do artigo é, portanto, a de fornecer uma base conceitual para analisar o lugar dos BMDs no âmbito da CSS a partir de marcos normativos internacionais. Por “base conceitual” entende-se os fundamentos mais genérico de qualquer BMD, podendo ser aplicado a diversos contextos.

O objetivo do artigo é caracterizar o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no contexto da cooperação Sul-Sul mediante análise da literatura especializada. Para cumprir esse objetivo o artigo está dividido em três seções, além da introdução e das observações finais. A primeira apresenta o estabelecimento cooperação Sul-Sul em perspectiva histórica. A segunda examina a emergência dos BMDS com foco em suas características e particularidades e, na terceira, apresentam-se três funções dos BMDs enquanto atores chaves da CSS.

A EMERGÊNCIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Nesta seção, aponta-se, em largos traços, a trajetória histórica da CSS. Mais de setenta anos se passaram desde as primeiras iniciativas modernas de cooperação internacional e, atualmente, a cooperação é um elemento de continuidade nas relações entre os Estados e outros atores (LANCASTER, 2007). Contudo, de acordo com Côrrea (2010), é necessário problematizar os entendimentos sobre cooperação internacional, pois não há um conceito total ou completo, aplicável aos diferentes contextos sociais e históricos.

Para Sotillo (2011, p.11) a cooperação internacional para o desenvolvimento, sendo um âmbito especializado da política internacional, “engloba todas as atividades, recursos, trocas e experiências que os países desenvolvidos e em desenvolvimento realizam ou colocam à disposição de outros países em favor de seu desenvolvimento”. É importante ainda considerar a cooperação internacional enquanto relações de poder, nas quais diversos atores competem por legitimidade, reconhecimento e recursos.

Em princípio, existem duas direções para a cooperação internacional: a cooperação Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul. A primeira está baseada no binômio doador-receptor, tem um caráter mais assistencialista e é implementada no contexto institucional da OCDE. A segunda propõe um trabalho coletivo, exercido desde a responsabilidade mútua dos atores implicados.

O desenvolvimento é um conceito muito mais dinâmico, que varia em função de certos contextos históricos e das interpretações, muitas vezes enviesadas, que se realizam sobre ele. Diferente do crescimento econômico *per se*, outras dimensões do desenvolvimento superam o estrito marco economicista, como a dimensão sustentável, humana, social, cultural, política, institucional e outras (Rist, 2008).

O ímpeto inicial da cooperação para o desenvolvimento, seja Norte-Sul ou Sul-Sul, se produziu em um período determinado das relações internacionais, cujo palco é o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela reestruturação das relações de poder globais a partir de dois eixos: (i) a construção do multilateralismo e (ii) a crescente rivalidade Leste-Oeste, que resultou na subsequente constituição das zonas de influência e na instrumentalização da cooperação internacional.

O multilateralismo é um conceito que descreve, analisa e explica a política internacional que emergiu após 1945. Tradicionalmente, o multilateralismo é definido como a prática de coordenação de políticas entre três ou mais Estados por meio de instituições governamentais ou internacionais, sejam elas formais ou informais (Alexandroff, 2008). Por multilateralismo podemos entender uma situação em que três ou mais países cooperam em uma determinada área de interesse, e os resultados devem ser distribuídos entre todos os membros do arranjo, ainda que de maneira desigual.

De acordo com Dominguez (2019) as primeiras reivindicações próprias dos países em desenvolvimento para a cooperação internacional tem como marco inicial a Conferência Afro-Asiática de Bandung de 1955, que inaugurou a perspectiva da cooperação econômica entre países em desenvolvimento com objetivos políticos de autonomia. Assim, Bandung formou visões de mundo que iriam sacudir as relações internacionais nas décadas de 1960 e 1970. Ademais, o estabelecimento do Movimento dos Países Não-Alinhados em 1961, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, e as demandas por uma Nova Ordem Econômica Internacional em 1974 determinaram as relações entre esse grupo de países. O Plano de Ação de Buenos Aires, primeiro marco institucional global da CSS, de 1978, consolida a concepção da cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Efetivamente, durante essas décadas, houve uma evolução e pluralização das categorias e dos atores que operaram no campo da CID: novas parcerias econômicas e novos atores sociais

entram no jogo da política internacional (Badie, 2010). Nos anos 1950 e 1960 surgem tensões nos diálogos Norte-Sul, e o período da Guerra Fria é fundamental na institucionalização das políticas de cooperação.

De fato, foi apenas no início do século XXI que a CSS ganhou expressão em termos de recursos e investimentos. Sobre esse processo, Besharati; Macfeely (2019, p.3) entendem que a CSS “aumentou em volume e alcance geográfico, manifestando-se por uma diversidade de abordagens, modalidades e instrumentos”. Ao mesmo tempo, os desafios políticos, institucionais e técnicos da falta de um marco comum, no sentido de definições aceitas sobre o conceito de CSS, seus instrumentos, modalidades e outros tornam os esforços das agências nacionais em institucionalizar e definir sua cooperação internacional um assunto altamente político e sensível (Ayllón, 2013).

A atual arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento moveu-se muito além do paradigma tradicional da cooperação Norte-Sul, dividido entre doadores e receptores, na direção de um panorama mais complexo, com múltiplas fontes de financiamento internacional, incluindo os BMDs e experiências dos governos nacionais. A despeito da falta de consenso sobre o conceito de CSS, uma definição mais geral pode ser encontrada no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), que a define como:

um amplo quadro de colaboração entre os países do Sul nos domínios político, econômico, social, cultural, ambiental e técnico. Envolvendo dois ou mais países em desenvolvimento, pode ocorrer em bases bilaterais, regionais, intra-regionais ou inter-regionais. Os países em desenvolvimento compartilham conhecimento, habilidades, experiência e recursos para atingir suas metas de desenvolvimento por meio de esforços conjuntos. Os desenvolvimentos recentes na cooperação Sul-Sul se manifestaram no aumento do volume de comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimento estrangeiro direto, movimentos para a integração regional, transferências de tecnologia, compartilhamento de soluções e especialistas e outras formas de intercâmbio² (UNOSSC, 2022).

Nesse sentido, a CSS é um instrumento político dos países em desenvolvimento capaz de movimentar atores por todo o Sul Global. Um dos seus desafios atuais é, contudo, o aumento dos

² Tradução livre de “South-South cooperation is a broad framework of collaboration among countries of the South in the political, economic, social, cultural, environmental and technical domains. Involving two or more developing countries, it can take place on a bilateral, regional, intraregional or interregional basis. Developing countries share knowledge, skills, expertise and resources to meet their development goals through concerted efforts. Recent developments in South-South cooperation have taken the form of increased volume of South-South trade, South-South flows of foreign direct investment, movements towards regional integration, technology transfers, sharing of solutions and experts, and other forms of exchanges”.

investimentos e financiamentos das atividades de cooperação. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento são atores que operam com essa finalidade.

A EMERGÊNCIA DOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção examina a emergência dos BMDs e identifica suas origens históricas, objetivos e principais características.

Para Bresser-Pereira; Bechelaine (2019), os BMDs foram estabelecidos para favorecer decisões dos Estados em assuntos como políticas públicas e desenvolvimento econômico e financeiro. De fato, desde 1945, o número de bancos multilaterais de desenvolvimento tem aumentado e, segundo Kellerman (2018), em média, a cada três anos surgiu um novo banco de desenvolvimento multilateral (cujo critério é a presença de três ou mais países e o objetivo explícito de desenvolvimento econômico) desde 1944.

O Banco Mundial foi a primeira instituição internacional de crédito para o desenvolvimento criada para complementar o fluxo de capital privado ao prover empréstimos a juros abaixo do mercado (Raghavan, 2016). O Banco, que surgiu em 1944, tem competência de absorver riscos políticos e econômicos e emprestar recursos a países com baixa capacidade resolutiva de problemas de desenvolvimento. Deve ser considerado, junto com o FMI, como atores hegemônicos que oferecem empréstimos econômicos com componentes políticos, aos quais os países em desenvolvimento buscam alternativas (Dominguez, 2019).

Em linhas gerais, existem três premissas para o trabalho de essas instituições: (a) países em desenvolvimento, com desequilíbrios no balanço de pagamentos, não conseguem pagar pelos empréstimos nos termos do mercado privado; (b) determinados projetos de desenvolvimento não geram retorno suficiente para atender o serviço da dívida e pagar o empréstimo, como acesso à infraestrutura; e (c) países pobres tornam-se altamente endividados ao pedir empréstimos em termos convencionais (Wang, 2017).

Continuando com a explicação sobre o papel desses organismos, um documento do Banco Mundial (2016a), entende que o papel dessas instituições é usar

sua base de capital para multiplicar os fundos várias vezes e colocá-los em uso para o desenvolvimento – então 'um dólar in' administrado por BMDs (Bancos Multilaterais de Desenvolvimento) resulta em mais do que um 'dólar ganho' em financiamento para o desenvolvimento, maximizando o impacto da escassez de recursos. O valor dessa

alavancagem financeira, característica dos BMDs, é complementado pela qualidade de sua fiscalização fiduciária³.

Em outro documento do mesmo ano, o Banco Mundial (2016b) afirma que, a habilidade de oferecer financiamento em longo-prazo, a preço abaixo do mercado de créditos/capitais, é o que distingue os bancos de desenvolvimento internacionais de outras instituições ou Estados.

Os BMDs buscam reproduzir os objetivos dos seus sócios majoritários e as necessidades socioeconômicas das regiões às quais estão vinculados. Como exemplo, os países membros dos BRICS fundaram o NBD, em 2014 (BRICS, 2012), para mobilizar recursos em favor de projetos de infraestrutura e desenvolvimento. O nascimento do NBD reflete ainda a insatisfação desses Estados com as instituições tradicionais do sistema de Bretton Woods (Xinhua, 2014).

Segundo Prado; Salis (2014) o NBD desafia o entendimento mais tradicional sobre os BMDs porque inova em três sentidos: é um banco criado por países fora do centro do capitalismo internacional, é controlado por economias emergentes, cujas práticas de financiamento ao desenvolvimento operam em contexto diferente daquelas da OCDE. Então, para compreender o papel dessas instituições financeiras que interagem com a cooperação, é mister considerar os instrumentos (empréstimos, garantias); os termos do mandato, os objetivos da instituição e os membros.

A título de comparação, segundo Kellerman (2018, p.2) os BRICS têm apenas 13.2% do poder de voto no Banco Mundial, mas representaram cerca de 22% do PIB global em 2016.

Conforme Nielsen *et al* (2017) é seguro afirmar que os organismos internacionais, incluindo os BMDs, fornecem de US\$ 120 a US\$ 170 bilhões em termos de financiamento ao desenvolvimento por ano. Essas instituições concedem cerca de um terço dos recursos ao desenvolvimento, enquanto os governos provêm o restante. Vale considerar que os organismos internacionais difundem as preferências, recursos e visões de mundo dos seus principais membros.

³ Tradução livre de “*using their capital base to multiply funds several times and put them to use for development – so ‘a dollar in’ managed by MDBs (Multilateral Development Banks) results in more than a ‘dollar out’ in financing for development, maximizing the impact of scarce resources. The value of this financial leverage, characteristics of the MDBs, is complemented by the quality of their fiduciary oversight*”.

Para Savoy *et al* (2016), a arquitetura do financiamento ao desenvolvimento se transformou, em parte, porque a mobilização de recursos dos bancos de desenvolvimento está aumentando, enquanto a cooperação tradicional está estagnada. Nesse sentido, entre 2000 e 2014, os gastos dos BMDs aumentaram de US\$ 10 bilhões para US\$ 70 bilhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento de mais de 10% ao ano.

Ademais, a mobilização global a favor dos ODS produziu uma reflexão sobre o financiamento do desenvolvimento no século XXI. Essa mobilização foi traduzida em um conjunto de dezessete objetivos integrados, que por sua vez são base para formulação de políticas públicas em áreas chave. Segundo a Agenda de Ação de Adis Abeba os BMDs fornecem “empréstimos, inclusive em condições concessionais, conforme apropriado, para complementar os recursos nacionais para o financiamento e choques, desastres naturais e pandemias” (United Nations, 2015, p.33)⁴.

As instituições financeiras podem diminuir os custos de transação e deficiências de informação criando parcerias com investidores privados de cofinanciamento. Por exemplo, os BMDs podem emprestar a longo-prazo, enquanto o setor privado aporta recursos financeiros a curto-prazo, ou os BMDs podem dar garantias que cubram riscos contratuais enquanto o setor privado cobre riscos de mercado.

O PAPEL DOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NA COOPERAÇÃO SUL-SUL EM TRÊS ENFOQUES

As instituições desempenham função central nas relações internacionais, elas regulam a competição e a cooperação entre os Estados e definem novas agendas, a exemplo dos ODS. Para além das questões mais gerais, destacam-se três operações chave dos BMDs, que traduzem as particularidades desses atores no âmbito da CID.

MOBILIZAR RECURSOS A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO

De acordo com Broccolini *et al* (2018) existem evidências positivas de que os BMDs podem desempenhar papel central na mobilização de recursos financeiros para objetivos de desenvolvimento, inclusive articulando-se com o setor privado. Para os autores, a entrada de um

⁴ Tradução livre de “ (...) *can provide countercyclical lending, including on concessional terms as appropriate, to complement national resources for financial and economic shocks, natural disasters and pandemics*”.

BMD em um país ou setor é vista como a possibilidade de gerar investimentos. Isso porque os BMDs podem mobilizar recursos do mercado de capital que governos não tem acesso.

Exemplo dessa função está no ponto 13 da Declaração de Nova Déli (BRICS, 2012), que considera

(...) a possibilidade de estabelecer um novo Banco de Desenvolvimento para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e desenvolvimento global. Instruímos nossos Ministros das Finanças a examinar a viabilidade e viabilidade de tal iniciativa, estabelecer um grupo de trabalho conjunto para um estudo mais aprofundado e nos informar na próxima Cúpula⁵.

Os BMDs têm capacidade de mobilizar recursos privados graças à redução dos riscos políticos relacionados ao crédito. O risco dos empréstimos é reduzido por meio de garantias multilaterais e da extensão do status de credor preferencial aos BMDs. Em consonância com esses argumentos (Gurara *et al*, 2020).

OFERECER FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO

Um problema relativo às regiões em desenvolvimento é a escassez de financiamentos a médio e longo prazos em projetos de desenvolvimento (Gurara *et al*, 2020). Assim, os BMDs podem recorrer a vários instrumentos para atingir esse objetivo, tais como: (i) participação em fundos de longo prazo, (ii) investimento em empresas de países em desenvolvimento através de capital de risco, (iii) participação em empresas e no mercado de renda fixa, e (iv) cofinanciamento para compartilhar riscos de projetos.

Para o Banco Mundial (2016b), o financiamento a longo prazo pode ser definido como

(...) qualquer instrumento financeiro com vencimento superior a um ano (como empréstimos bancários, títulos, arrendamento mercantil e outras formas de financiamento por dívida) e instrumentos de capital público e privado. Maturidade refere-se ao período de tempo entre a originação de um crédito financeiro (empréstimo, título ou outro instrumento financeiro) e a data final do pagamento, quando o principal e os juros remanescentes devem ser pagos⁶.

⁵ Tradução livre de “we have considered the possibility of setting up a new Development Bank for mobilizing resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging economies and developing countries, to supplement the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth and development. We direct our Finance Ministers to examine the feasibility and viability of such an initiative, set up a joint working group for further study, and report back to us by the next Summit”.

⁶ Tradução livre de “long-term finance can be defined as any financial instrument with maturity exceeding one year (such as bank loans, bonds, leasing and other forms of debt finance), and public and private equity instruments. Maturity refers to the length of time between origination of a financial claim (loan, bond, or other financial instrument) and the final payment date,

O apoio dos BMDs cresceu de US\$ 50 bilhões para US\$ 127 bilhões anualmente em empréstimos, doações, instrumentos de partilha de riscos, garantias e investimentos de capital (Gurara *et al*, 2020). Como instituições públicas com mandato para apoiar o desenvolvimento a médio e longo prazo, os BMDs aumentaram seu apoio financeiro anual em 30-50% durante a crise iniciada em 2008.

Nesse sentido, para Griffith-Jones; Hertova (2009), o financiamento de longo prazo a governos do Sul tem sido função dos BMDs, porque os bancos privados não aceitam os riscos de emprestar recursos a países em desenvolvimento. Muitos BMDs foram estabelecidos para cobrir a escassez de investimentos privados em favor do desenvolvimento desses países.

ESTABELECEER INSTRUMENTOS PARA FACILITAR CRÉDITOS

Em termos de desempenho de crédito para empréstimos, os BMDs geralmente são superiores aos credores comerciais do setor privado. Isso porque as classificações de crédito dependem em grande parte (mas não exclusivamente) da composição dos acionistas e das classificações de crédito às quais recorrem. Contudo, três grandes agências de classificação de crédito são consideradas mais importantes: Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Vale registrar que, de acordo com Engen; Prizzon (2018), os maiores BMDs tem classificação AAA, indicando confiança e qualidade no empréstimo crédito com riscos. Cumpre registrar que, o ideal é que os BMDs emprestem a taxa abaixo da LIBOR (*London Inter-bank Offered Rate*), referência diária de juros nas transações internacionais públicas e privadas, taxa calculada por bancos de Londres.

A Agenda de Adis Abeba (2015), que trata do financiamento ao desenvolvimento, reconheceu o aumento dos investimentos na última década, de maneira que investidores estrangeiros desempenham papel significativo em países em desenvolvimento, mas chamou a atenção para a necessidade de gerenciar a volatilidade associada a estes nos mercados de capitais dos países do Sul. Assim, o estabelecimento de formas alternativas de crédito é uma das funções mais importantes dos BMDs (UNCTAD, 2016).

at which point the remaining principal and interest are due to be paid". Disponível em <https://www.worldbank.org/en/publication/gfdr/gfdr-2016/background/long-term-finance>. Acesso em 21 de maio de 2022.

Segundo Galizia *et al* (2021) duas premissas fundamentam a articulação entre os bancos multilaterais e a facilitação do acesso ao crédito: i) a manutenção dos BMDs como credores e agentes dos empréstimos e ii) o fato de os bancos multilaterais possuírem capacidade de eliminar a necessidade de considerar o risco dos países nas transações.

CONCLUSÃO

O estabelecimento de instituições como os BMDs reflete a importância de temas globais e a pluralização do financiamento ao desenvolvimento é um processo que permite que diferentes atores, regiões e instituições participem da construção de agendas globais para o desenvolvimento. Contudo, a escassez de financiamento para investimento maciço em transformações estruturais rumo a realização da Agenda 2030 é um grande desafio.

Durante as crises recentes, muitas instituições financeiras privadas reduziram os empréstimos, devido ao aumento das incertezas. No entanto, os BMDs, globais ou regionais, aumentaram significativamente seus empréstimos, desempenhando um papel crucial no mundo contemporâneo. Futuras pesquisas devem investigar o papel chave de empréstimos de longo prazo para ter uma economia mais inclusiva e mais verde, por exemplo, ou avançar no desenho de metas políticas mais claras para os bancos de desenvolvimento, principalmente dos países do Sul Global, como a China, um dos atores que podem garantir que o capital dos bancos de desenvolvimento esteja em escala suficiente.

Expostas as bases conceituais de uma atuação mais genérica dessas instituições, os principais argumentos deste artigo são listados a seguir:

1. Os BMDs operam no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, constituídas por duas direções: a Norte-Sul e a Sul-Sul. A CSS deve ser entendida como parte integrante do universo da CID.
2. A arquitetura do financiamento ao desenvolvimento é marcada pela coexistência de distintos instrumentos e soluções financeiras para o desenvolvimento, seja no nível nacional, regional ou global, no Norte e no Sul.
3. O aumento do número de BMDs situa-se no contexto da consolidação do multilateralismo. Para resumir, o papel mais básico dessas instituições é: (i) mobilizar recursos para o desenvolvimento; (ii) oferecer financiamento a longo-prazo em projetos que o mercado privado considera de riscos; (iii) estabelecer instrumentos para facilitar crédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexandroff, Alan S. (2008). *Can the World Be Governed? Possibilities for Effective Multilateralism*. Waterloo, Canada: Wilfrid Laurier University Press.

Ayllon, B. (2013). *La Cooperación Sur-Sur y triangular. Subversión o adaptación de la cooperación internacional?* Quito: IAEN.

Badie, Bertrand. (2010). *O Diplomata e o Intruso: A Entrada das Sociedades na Arena Internacional*. Salvador: EDUFBA.

Besharati, N. A.; Macfeely, S. (2019). *Defining and quantifying South-South cooperation*. UNCTAD. Research Paper, n. 30.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Bechelaine, Cíntia. (2019). *Bancos multilaterais de desenvolvimento, novo desenvolvimentismo e financiamento em moeda local*. Brazil. J. Polit. Econ, 19(4), 755-767.

BRICS. Fourth BRICS Summit. *Dehli Declaration*. (2012). Disponível em <http://brics2016.gov.in/upload/files/document/57566ddcc42a94th.pdf>

Broccolini, C. *et al.* (2018). *Mobilization Effects of Multilateral Development Banks*. Discussion paper n.1. Inter-American Development Bank.

Côrrea, Márcio. (2010). *Prática Comentada da Cooperação Internacional: Entre a hegemonia e a busca de autonomia*. Brasília: Edição do autor.

Dominguez, Rafael Martín. (2019). “La constelación del Sur: La cooperación Sur-Sur en el cuarenta aniversario del Plan de Acción de Buenos Aires”. In: DOMINGUEZ, R. M. *et al* (ed.). *La constelación del Sur: Lecturas histórico-críticas de la cooperación Sur-Sur*. Universidad de Cantabria: Editorial UC.

Engen, Lars; Prizzon, Annalisa. (2018). *A Guide to Multilateral Development Banks*. Overseas Development Institute. London.

Galizia, Federico *et al.* (2021) *Risk Transfer to Multilateral Development Banks: Obstacles and Potential*. Discussion paper n.1292. Inter-American Development Bank.

Griffith-Jones, S.; Hertova, D. (2008). *Enhancing the role of regional development banks*. G-24 Discussion Paper Series, n. 50 Geneva: UNCTAD.

Gurara, D. *et al.* (2020). “Borrowing costs and the role of multilateral development banks: Evidence from cross-border syndicated bank lending”. *Journal of International Money and Finance*. Working paper 18.

Humphry, Chris. (2014). “The politics of loan pricing in multilateral development banks. The Review of International Organizations”. *Review of International Political Economy*, 21(3), 611-639.

Kellerman, Miles. (2018). "The proliferation of multilateral development banks". *The Review of International Organization*. Vol. 14, 107-145.

Lancaster, Carol. (2007). *Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Milani, Carlos R. S. (2014). "Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul". In: MELLO E SOUZA, A. (ed.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA.

Nielsen et al. (2017) "International organizations and development finance: introduction to the special issue". *The Review of International Organizations*. 12(2), 157-169.

Perry, Guillermo. (2009). *Beyond Lending: How Multilateral Banks Can Help Developing Countries Manage Volatility*. Washington DC: Center for Global Development.

Prado, Mariana; Salles, Fernanda. (2014). "The BRICS Bank's potential to challenge the field of development cooperation". *Law and Politics in Africa, Asia and Latin America*, 47(2), 147-197.

Raghavan, Vikram. (2016) "The World Bank and Regional Development Banks". *American Society of International Law*. Vol. 110, 273-277.

RIST, Gilbert. (2008). *The History of Development*. From Western Origins to Global Faith London & New York: Zed Books.

Savoy, Conor et al. (2016). *Development finance institutions come of age: policy engagement, impact and new directions*. Washington DC: Center for Strategic and International Studies and the Overseas Development Institute.

Sidiropoulos, E. et al (ed.). 2015. *Institutional Architecture and development: responses from emerging powers*. Johannesburg: Jacana Media.

Sotillo, J. A. (2011). *El Sistema de Cooperación para el Desarrollo: Actores, Formas y Procesos*. Catarata: Universidad Complutense de Madrid, Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación.

Stiglitz, J. (2002). *Globalization and its discontents*. W. W. Norton & Company.

Teubal, M. (2001). *Structural Adjustment and Social Disarticulation: The Case of Argentina*. *Science & Society*, 64(4), 460-488.

United Nations (2015). *Adis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development*. United Nations: New York. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2051AAAA_Outcome.pdf. [Acesso em 23 de mai. 2022].

United Nations Conference on Trade and Development. (2016). *The role of development banks in promoting growth and sustainable development in the South*. Geneva: Unctad. Disponível em

<https://unctad.org/webflyer/role-development-banks-promoting-growth-and-sustainable-development-south>. [Acesso em 23 mai. 2022].

United Nations Office For South-South Cooperation. About Triangular and South-South Cooperation. Disponível em <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. [Acesso em 02 nov. 2022].

United Nations (2019). *Office For South-South Cooperation* [Documento final da Conferência PABA+40, 2019] (A/CONF/235/3). Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/> [Acesso em: 02 nov. 2022].

Wang, H. (2017). “New Multilateral Development Banks: Opportunities and Challenges for Global Governance”. In: KAHLER, M. *et al.* (orgs.). *Global Order and the New Regionalism*. Washington DC: Council on Foreign Relations.

World Bank. (2016a). *Multilateral Development Banks*. Issue Brief Series. Disponível em: https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2016/01/Multilateral-Development-Banks_WBG_IATF-Issue-Brief.pdf. [Acesso em 23 mai. 2022].

World Bank. (2016b). *Management’s Discussion & Analysis and Financial Statements*. Annual Report. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/24985/210852v2.pdf>. [Acesso em 23 de mai. 2022].

Xinhua. (2014). *BRICS bank diversifies global finances, not zero-sum game*. Editor’s Pick, July. Disponível em http://www.china.org.cn/opinion/2014-07/16/content_32977917.htm. [Acesso em 23 de mai. 2022].